



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 10 MAR 2020 Protocolo: <u>456/20</u> Processo: <u>456/20</u></div>		Nº <u>428/20</u>
	PROJETO DE LEI		
AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL			
<p>“Determina aos profissionais de saúde da rede hospitalar pública e privada do Estado de Rondônia a notificar, compulsoriamente, os casos de maus tratos praticados contra crianças, adolescentes e aos menores de 18 anos, portadores de deficiência física e deficiência mental.”</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:</p> <p>Art. 1º - Ficam os profissionais de saúde da rede pública e privada no âmbito do Estado de Rondônia obrigados a notificar, compulsoriamente, os maus tratos praticados contra crianças e adolescentes e aos menores de 18 anos, portadores de deficiência física e deficiência mental.</p> <p>Art. 2º - A notificação é aplicável nos casos de maus tratos comprovados, suspeitos ou presumidos.</p> <p>Art. 3º - Os Hospitais e Casas de Saúde do Estado de Rondônia têm até o vigésimo quinto dia de cada mês para informar ao Conselho Tutelar ou Vara da Infância e Juventude e, na falta delas, ao Ministério Público, de sua área jurisdicional, as notificações feitas no período.</p> <p>Art. 4º - No descumprimento desta lei, fica o profissional e sua respectiva instituição sujeitos às penalidades previstas no art. 245 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Nº

PROJETO DE LEI

AUTOR: **DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL**

Art. 5º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário das deliberações, 20 de fevereiro de 2020.


EYDER BRASIL

Deputado Estadual – PSL

Líder de Governo



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Nº

PROJETO DE LEI

AUTOR: **DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL**

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Parlamentares;

O presente projeto de lei tem por finalidade determinar aos profissionais de saúde da rede hospitalar pública e privada do Estado de Rondônia a notificar compulsoriamente, os casos de maus tratos praticados contra crianças, adolescentes e aos menores de 18 anos, portadores de deficiência físicas e deficiência mental.

Aclaramos que, o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 estabelece como infração administrativa os casos em que o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, não comunicar à autoridade competente os casos, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Assim, a presente proposição visa a proteção da criança e adolescente no âmbito do Estado de Rondônia e diante da relevância do tema, solicitamos aos Nobres Pares apoio à presente proposição.

Plenário das deliberações, 20 de fevereiro de 2020.

EYDER BRASIL

Deputado Estadual – PSL

Líder de Governo